



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0006648-30.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Liminar**
 Requerente: **Valter Kenji Okada**
 Requeridas: **Renaut do Brasil Com e Partic Ltda e Santa Emilia Ile de France Com Veiculos e Peças Ltda**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Valter Kenji Okada move ação em face de **Santa Emília Ile de France Comércio de Veículos e Peças Ltda**, bem como em face de **Renault do Brasil S/A** (fl. 240), alegando ter adquirido da ré Santa Emília um veículo RENAULT – DUSTER DYNAMIC 2.0 Automático 4X2, ano de fabricação 2011, modelo 2012, 0 km, retirado na concessionária dessa ré em 17.12.2011. A corré Renault do Brasil S/A é a fabricante desse veículo e, consequentemente, responde pelos vícios por ele apresentados. O preço do veículo - R\$ 66.990,00 - foi satisfeito, sendo R\$ 50.500,00 em dinheiro e R\$ 16.490,00 através de um veículo entregue à ré concessionária. No dia 18 de janeiro de 2012 notou forte ruído na frente e lado dianteiro do carro, o que o impossibilitou de seguir viagem. Encaminhou o veículo à empresa ré em 25.01.2012. O conserto fora agendado para 31.01.2012 e lá ficaria por oito dias para troca de uma mangueira. Além do barulho, o veículo apresentava forte trepidação nas rodas dianteiras. O carro foi devolvido em dois dias, porém o ruído não só persistiu como piorou. Enquanto aguardava a mangueira que seria trocada, outro ruído apareceu no carro, porém não foi detectado pela empresa ré. Não teve qualquer resposta da ré sobre o conserto. Foi fornecido ao autor um carro com adesivos escritos “test drive” em substituição ao seu veículo que estava na oficina. Devido a esse fato, o autor e seus filhos passaram por desconforto. Sofreram danos morais decorrentes de todos esses fatos. Pede que o veículo seja devolvido à requerida e esta lhe devolva os valores por ele pagos. Pede cautelarmente a devolução dos valores pagos pelo veículo (R\$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

71.705,26), bem como os valores que gastou para a regularização da documentação, prêmio do seguro, IPVA, cristalização, insulfilme e tapetes, além da declaração de inexistência de relação jurídica com a ré para não ser obrigado a receber de volta o carro; enquanto as rés não lhe restituírem os valores supra, as rés deverão ser condenadas a disponibilizar outro veículo para o autor, sem os escritos que o identificam para “test drive”. Requer finalmente a procedência da ação para declarar a inexistência da relação jurídica com as empresas rés, para que não seja obrigado a receber o carro de volta. Que sejam devolvidos integralmente os valores por ele pago pelo veículo e multa diária em caso de descumprimento. Pede ainda que enquanto o valor não for devolvido, tenha a possibilidade de usar um veículo no qual não esteja escrito “test drive” e a condenação das requeridas por danos morais e multa diária pelo inadimplemento da obrigação de pagar ao autor as indenizações a serem arbitradas, além do ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Documentos às fls. 12/72. Emenda à inicial às fls. 74/75.

Citada a ré Santa Emília contestou às fls. 93/105, alegando ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda por ser mera intermediadora entre a montadora do veículo e o consumidor. Quem fornece a garantia do veículo e peças é a montadora. Não é a ré quem deve indenizar o autor. Os eventuais vícios, se é que apresentados pelo veículo, são de fabricação e não decorreram dos serviços prestados pela contestante. Quem deve figurar no polo passivo da demanda é a RENAULT DO BRASIL. No mérito, alega que, diferente do sustentado pelo autor, este apresentou o carro à concessionária apenas em 01.03.2012 e não em 22.03.2012. Em 01.03.2012, a ré cedeu um veículo reserva ao autor até a troca da mangueira da direção hidráulica, que ocorreu em 22.03.2012. Após o conserto, o veículo não se encontrava impróprio ao uso, nem teve sua segurança diminuída. A ré entrou em contato com o autor para que o veículo por ele adquirido fosse retirado da concessionária após o reparo e o mesmo recusou-se a fazê-lo. Portanto, a requerida enviou telegrama ao requerente em 31.03.2012, que o recebeu em 02.04.2012. Em um dos e-mails enviado à ré em 15.03.2012, o autor confessa que o veículo foi deixado para conserto em 01.03.2012. O defeito da mangueira da direção hidráulica foi sanado. Quanto ao outro ruído identificado pelo autor, trata-se de mau uso, visto que o autor utilizou combustível não recomendado para abastecer o carro. Não é caso de devolução nem de troca do veículo. Esta ré não pode substituir o bem pois não é sua fabricante. A ré não ultrapassou o prazo de 30 dias para os reparos. Improcede a demanda. Documentos às fls. 107/113. Comunicação de interposição de AI pela ré à fl. 115. Foi dado efeito suspensivo ao AI, suspendendo assim a decisão concessiva de liminar.

À fl. 142 o autor se manifestou alegando que o veículo reserva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

concedido pela ré está com o licenciamento vencido desde 2011 e o ar-condicionado parou de funcionar. Pediu a retirada de seu veículo da concessionária ré e a devolução do veículo reserva. A ré se manifestou no mesmo sentido à fl. 148. À fl. 152 a requerida noticiou a devolução do carro reserva e retirou o veículo de sua propriedade da concessionária. A ação foi convertida em ordinária (fls. 159 e 159-v).

A ré **Renault do Brasil S/A** contestou às fls. 204/221, alegando ser descabido o chamamento ao processo nos casos que envolvem direitos do consumidor. O chamamento se deu na audiência de conciliação e não em contestação. No mérito, sustenta que o veículo do autor foi devidamente reparado em prazo inferior a 30 dias, por isso não é caso de devolução do bem e restituição dos valores pagos. Inexistiu dano moral. O fato de o veículo reserva ter a inscrição “test drive” não resultou em abalo psicológico ao autor. Pela total improcedência da ação.

Laudo pericial às fls. 276/291. As partes manifestaram-se sobre o laudo. Apenas as rés apresentaram memoriais (fls. 311/323), reiterando os seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento e decido.

As corrés são partes legítimas para responderem aos termos da inicial, por força do art. 18, *caput*, do CDC (responsabilidade por vício do produto).

O autor adquiriu o veículo em 16.12.2011, conforme fl. 12. O pagamento do preço foi satisfeito conforme fls. 13 e 15.

O autor reclamou dos problemas que o veículo apresentou durante a sua utilização, cujos e-mails enviados às corrés constam de fls. 16/67.

O laudo pericial de fls. 276/291 está suficientemente fundamentado e concluiu à fl. 288: a) o problema de vibração no sistema de direção hidráulica do veículo foi diagnosticado e providenciada a substituição da mangueira que causava a vibração; b) o veículo permaneceu na corré concessionária aguardando a chegada da nova mangueira para viabilizar a substituição da avariada e, enquanto isso, por cortesia a corré Santa Emília emprestou ao autor outro veículo; c) o ruído no motor foi diagnosticado como causado pelo uso inadequado do tipo de gasolina com que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

o autor abasteceu o veículo, tipo esse não recomendado pela corre fabricante. Efetuada a troca do combustível inadequado pelo recomendado pela fabricante, o ruído no motor cessou; d) depois das substituições da mangueira e do combustível, o autor retirou o veículo da corre concessionária em 04.04.2012; e) o autor continuou utilizando normalmente o veículo, que não manifestou nenhum outro tipo de problema, tanto que foi levado à concessionária para as revisões de 10.000 e 20.000km, sem reclamação alguma por parte do consumidor-autor; f) o veículo do autor teve das corre a assistência técnica indispensável. O autor utiliza-o regularmente, sem nenhum outro incidente, desde 04.04.2012.

Observo que no dia agendado para a perícia, embora o autor tenha sido intimado através de sua advogada, viajou para São Paulo no veículo referido nos autos, impossibilitando assim a inspeção pericial, conforme item 6 de fl. 288.

O fato do autor não ter se apresentado com o veículo para a perícia não o favorece. Sua advogada foi intimada para os fins do § único, do art. 433, do CPC, e não questionou a perícia e seu resultado. Ademais, o perito considerou o histórico do veículo desde que o autor foi imitado em sua posse no dia 16.12.2011 (fl. 12). O problema da mangueira foi sanado. Trata-se de incidente simples, de insignificante proporção, portanto, inapto a fomentar um pedido de resolução do contrato de compra e venda, de repetição do preço e de indenização por danos morais.

O ruído no motor também decorreu da conduta exclusiva do autor, pois não seguiu as recomendações expressas da fabricante do veículo e utilizou combustível inadequado, tanto que feita a troca cessou o ruído.

O fato da corre concessionária ter fornecido outro veículo ao autor, em comodato, pelo curto intervalo até que chegasse a mangueira substituta, demonstra seriedade e compromisso por parte dessa ré em relação ao autor consumidor. O fato de estar escrito “test drive” no veículo entregue à utilização provisória do autor, de modo algum seria capaz de afetar a dignidade de quem quer que seja. Se o autor sentiu algum incômodo por esse fato, sem dúvida que se deu por pura suscetibilidade, questão que escapa do conceito de dano moral.

Não houve vício do produto. O autor continua usando regularmente o veículo. Este submeteu-se a duas importantes revisões e nenhum incidente foi denunciado à concessionária que lhe prestou a assistência técnica nessas oportunidades. Improcedem todos os pedidos formulados na inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO. Condeno o autor a pagar às corrés R\$ 2.500,00 de honorários advocatícios, arbitrados nos termos do § 4º, do art. 20, do CPC, com correção monetária a partir de hoje, além das custas do processo, as de reembolso e o custo da perícia.

Depois do trânsito em julgado, intmem-se as rés para, em 10 dias, apresentarem o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada material. Assim que apresentado esse requerimento, intime-se o autor para, em 15 dias, pagar a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, intmem-se as rés para, em 10 dias, indicar bens à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 06 de junho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA